



PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo Administrativo nº 2021/1761 - PMC

Assunto: Pregão Eletrônico SRP nº 009/2021 – CPL/PMC

Trata dos autos de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica pelo sistema de registro de preço, menor preço, objetivando registro de preços para contratação de empresas para fornecimento de materiais permanentes e equipamentos eletroeletrônicos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Colares e demais Secretarias Municipais, conforme detalhado no Edital – Termo de Referência, anexo I, e demais anexos integrantes do processo, utilizando como critério de julgamento “Menor Preço”, com fulcro na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativas LTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas no Edital.

O parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município dispõe que edital se encontra em total conformidade, amparado pelas legislações acima dispostas, no tocante ao objeto, condições e documentações exigidas para participação no certame.

É o relatório.

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, a Lei complementar nº 101/2000, e a Lei Municipal nº 041/2005, estabelece as finalidades do Controle Interno, atribuindo a este, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativos, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos a atividades administrativas do Poder Executivo com vista a **verificar a legalidade e legitimidade de atos de gestão dos responsáveis** pela execução orçamentária financeira e patrimonial e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia. Tendo em vista que a contratação *sub examine*, implica a realização de despesa, resta demonstrada a competência do controle interno para análise e manifestação.

DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2021 - PMC

Esta modalidade de licitação visa à contratação de empresa por meio de menor preço por lote, realizado em sessão pública por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases, Registro de preços que objetiva registro de preços para contratação de empresas para fornecimento de materiais permanentes e equipamentos eletroeletrônicos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Colares e demais Secretarias Municipais, estando subordinada às Leis nº 10.520/2002, Decreto



nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto nº 6.555/2000, lei nº 8.078/1990, Código de defesa do Consumidor, Lei nº 8.666/1993, tendo como fase inicial, interna, definida como preparatória da licitação, a mesma disciplina legal das modalidades licitatórias dispostas na Lei nº 8.666/1993. Conclui-se que a referida modalidade licitatória, pregão, objetiva as aquisições de bens comuns e a contratação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam estar condicionados aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como os princípios correlatados da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Verificou-se que as empresas interessadas estão previamente credenciadas no sistema de cadastramento unificado de fornecedores (SICAF) e no sistema eletrônico provido pela secretaria de logística e tecnologia da informação (SLTI) do Ministério do Planejamento Orçamentário e Gestão.

Constatou-se que no processo e julgamento da modalidade pregão eletrônico foram observados os seguintes procedimentos: abertura da sessão, em ato público na internet pelo pregoeiro, no dia e horário estabelecido, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, divulgando as propostas recebidas com a participação das empresas especializadas no ramo do objeto, restringindo-se as Microempresas – ME, Empresa e Pequeno Porte – EPP e Equiparados (Cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei 11.488/07 e pessoa física ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da LC 123/06.

As empresas abaixo foram as vencedoras, pois apresentaram o melhor lance, dentro da previsão orçamentária autorizada. Assim, considerando o Princípio da Economicidade das contratações, o pregoeiro negociou com as empresas, chegando à conclusão do melhor preço, estando estes de acordo com a pesquisa mercadológica, e atendidas todas às condições de habilitação.

- A. E.T. MARQUES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 08.691.632/0001-50, foi vencedora do grupo Item 29, 31 Valor total do grupo R\$-2.211,50;
- B. OFFICE DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 11.094.173/0001-32, foi vencedora do grupo Item 59 Valor total do grupo R\$-6.251,70
- C. FIS COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.731.830/0001-01, foi vencedora do grupo Item 33,55 Valor total do grupo R\$-1.530,40
- D. ARACUA COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 19.271.852/0001-41, foi vencedora do grupo Item 09, 10, 11, 13, 19, 22, 24, 25 Valor total do grupo R\$-137.025,00
- E. L. CARVALHO COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 20.991.432/0001-19, foi vencedora do grupo Item 32, 53 Valor total do grupo R\$-29.479,00;



- F. P.G. LIMA COM EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 23.493.764/0001-61, foi vencedora do grupo Item 42, 46 Valor total do grupo R\$-53.203,95;
- G. V.S. DAS BRITO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.863.315/0001-56, foi vencedora do grupo Item 47, Valor total do grupo R\$-1.258,3;
- H. M.K.R COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 31.499.939/0001-76, foi vencedora do grupo Item 07 Valor total do grupo R\$-1.230,00;
- I. R. DOS SANTOS NOGUEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.714.441/0001-77, foi vencedora do grupo Item 01, 02,03, 04, 05, 06, 08, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 57, Valor total do grupo R\$-681.963,00
- J. ALMEIDA BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.373.670/0001-80, foi vencedora do grupo Item 12 Valor total do grupo R\$-10.440,00;
- K. J.L.R. ARAUJO COM E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 83.913.665/0001-13, foi vencedora do grupo Item 17, 52, 58 Valor total do grupo R\$-15.334,70

VALOR GLOBAL DA ATA R\$-939.927,60 (Novecentos e trinta e nove mil, novecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos)

Constata-se que a Comissão Permanente de Licitação observou todas as regras e procedimentos previstos na lei de regência para a realização de despesa prevista no Pregão Eletrônico SRP nº 009/2021 – PMC.

Dessa forma, verificou-se a contratação das propostas mais vantajosa para administração pública, estando o procedimento em curso em conformidade com a legislação, vigente, e apto ao prosseguimento às demais etapas.

É o parecer.

Encaminhe-se os autos para ao pregoeiro para prosseguimento do feito.

Colares/PA, 8 de novembro de 2021.

WILZA MENDES DA SILVA
Coordenadora Geral do Controle Interno – PMC
DEC. 001/2021